

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00158/2024

1 - Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.

2 - Em resposta o órgão prestou informações detalhadas acerca do caso específico do requerente. Em recurso o órgão complementou as informações prestadas e indicou os canais específicos para atendimento. Insatisfeito o solicitante apresentou o presente apelo a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artº 20, do Decreto estadual nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023, demonstrando sua discordância com a resposta apresentada e pedindo novos esclarecimentos ao órgão.

3 - Em análise do caso concreto verifica-se que, mesmo não se tratando de um pedido de acesso à informação, o órgão atendeu adequadamente o pedido formulado respondendo os questionamentos apresentados e indicando os canais apropriados para atendimento e esclarecimentos de dúvidas.

4 - Nesse sentido, cabe esclarecer, que o Serviço de Informação ao Cidadão recebe demandas relativas a acesso à informações, dados e documentos, produzidos ou acumulados na Administração Pública estadual e que as manifestações com teor de reclamação, pedido de providências, denúncia, sugestão, elogio e demais pronunciamentos de usuários de serviços públicos que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes estatais na prestação e fiscalização de tais serviços são consideradas manifestação de ouvidoria.

5 - Desta forma conclui-se que o pedido inicial está fora do escopo da Lei de Acesso à Informação e que o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso.

6 - Assim, considerando que não se trata de pretensão recursal amparada pela legislação e que o órgão indicou os canais específicos para atendimento da demanda, **não conheço do recurso**, com fundamento nos artigos 4º e 7º, da Lei nº 12.527/2011 e no artigo 20 do Decreto nº 68.155/2023.

7 - Publique-se na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.SP para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Tipo de Decisão:

Selecione

Não Conhecimento

Prazo Limite para Cumprimento da Decisão:

Selecione



Status da Decisão

